

Julgamentos de infidelidade: Um estudo exploratório dos seus determinantes

Thaysa Viegas
João Manuel Moreira
Universidade de Lisboa

Resumo

O objetivo deste estudo é contribuir para uma melhor compreensão dos determinantes dos julgamentos acerca da existência de infidelidade marital e sua gravidade, sobre os quais existe pouca investigação, apesar do seu impacto nas relações de casal. Uma amostra de 68 homens e 221 mulheres respondeu online a um questionário, no qual se perguntava se o sucedido num conjunto de cenários constituiria infidelidade e quão grave seria. Uma análise fatorial identificou quatro aspectos que determinam a avaliação de infidelidade: envolvimento afetivo, contato físico/sexual, comportamento inocente e consentimento pelo parceiro. É atribuída maior gravidade quando o envolvimento é deliberado, continuado e sexual. Adultos jovens ou idosos, pessoas mais religiosas e com posicionamento político mais conservador fazem julgamentos mais severos. As mulheres penalizam mais o envolvimento na internet. A paixão e o consentimento do parceiro atenuam a gravidade. Situações ambíguas são julgadas como mais graves pelo parceiro do que pelo autor do comportamento.

Palavras-chave: infidelidade; conjugalidade; gênero; psicologia evolucionista.

Abstract

Trials of infidelity: An exploratory study of their determinants. The aim of this study was to contribute to the understanding of what determines judgments of whether an infidelity has occurred and how serious it was. Little research has been carried out on this issue, in spite of its impact on marital relationships. A sample of 68 men and 221 women responded to an online questionnaire asking whether events described in a set of scenarios constituted an infidelity and how serious. An exploratory factor analysis identified four aspects determining judgments of infidelity: emotional involvement, physical/sexual contact, innocent behavior and consent by the partner. Greater seriousness was attributed when the involvement was deliberate, continued, and sexual, while passion and partner's consent reduced severity. Young adults, the elderly, the more religious and right-wing, made harsher judgments. Women chastise involvements over the internet to a greater degree. Ambiguous situations are considered more serious by the partner than by the author of the behavior.

Keywords: infidelity; marital relationships; gender; evolutionary psychology.

Resumen

Juicios de infidelidad: Un estudio exploratorio de sus determinantes. El objetivo de este estudio consiste en contribuir para una mejor comprensión de los determinantes de los juicios acerca de la existencia de infidelidad marital y su gravedad, sobre los cuales existe poca investigación a pesar de su impacto en las relaciones de pareja. Una muestra de 68 hombres y 221 mujeres respondieron online a un cuestionario en el cual se preguntaba si lo sucedido en un conjunto de escenarios constituiría infidelidad y cuál sería su gravedad. Un análisis factorial identificó cuatro aspectos que determinan la evaluación de la infidelidad: involucramiento afectivo, contacto físico/sexual, comportamiento inocente y consentimiento por parte de la pareja. Se atribuye mayor gravedad cuando el involucramiento es deliberado, continuado y sexual. Adultos jóvenes y ancianos, personas más religiosas y con posicionamiento político más conservador realizan juicios más severos. Las mujeres penalizan más el involucramiento a través de internet. La pasión y el consentimiento de la pareja atenúan la gravedad. Situaciones ambiguas son juzgadas como más graves por la pareja que por el propio autor/a del comportamiento.

Palabras clave: infidelidad; relaciones conyugales; género; psicología evolucionista.

A investigação e a prática clínica têm mostrado que a infidelidade é uma das experiências mais difíceis, complexas e exigentes para os casais, e constitui uma das razões mais apontadas para a procura de terapia de casal e para o divórcio (Blow & Hartnett, 2005b; Snyder, Baucom, & Gordon, 2008; Williams, 2011). Dado que, tal como defendido pelos modelos cognitivistas, a perturbação não é gerada pelos acontecimentos, mas pelo significado que lhes é atribuído (Lazarus & Folkman, 1984), parece particularmente importante o estudo do que leva as pessoas a considerar um comportamento como sendo ou não infidelidade, e esta como mais ou menos grave.

Não existem dúvidas de que a ocorrência de julgamentos de infidelidade tem importantes consequências negativas nas relações de casal. Dado que a monogamia pressupõe fidelidade emocional e sexual e é tida como norma para a maioria dos casais (Fife, Weeks, & Gambescia, 2008), a partilha de intimidade sexual e/ou emocional com um terceiro elemento é sentida como uma quebra do compromisso e da confiança entre os parceiros. A conjugação entre investimento amoroso e julgamentos de traição abala a estabilidade e a segurança que estão na base do compromisso (Schade & Sandberg, 2012), não só do casal como de toda a família (Gibson, 2008). Este abalo resulta numa dor profunda, incerteza e perda de confiança, gerando, na maioria dos casais, um sentimento de abandono (Brown, 1956/2001). A sua descoberta representa por isso quase sempre uma séria crise relacional, com a perda de uma perspectiva de futuro e a sensação de não-controle, que tornam a tarefa de recuperação da relação do casal muito incerta (Fife et al., 2008; Hall & Fincham, 2008).

Dadas as graves consequências resultantes de os parceiros considerarem estar perante uma infidelidade, adquire especial importância a compreensão dos determinantes desses julgamentos. A investigação sobre esta temática e sobre as concepções de infidelidade, porém, tem sido muito limitada, o que se reflete no próprio modo como o conceito é operacionalizado na maioria dos estudos, que tendem a considerar de forma exclusiva o envolvimento sexual como critério de infidelidade (Blow & Hartnett, 2005a).

De fato, existe uma ampla latitude e diversidade nas concepções de infidelidade (Blow & Hartnett, 2005a). Embora o critério do envolvimento sexual seja o mais comum, vários autores têm chamado a atenção para a importância de outros aspectos. Por exemplo, Gibson (2008) considera que o termo infidelidade se refere a qualquer relacionamento extra-conjugal (REC), definindo este como uma ligação entre um dos parceiros do sistema conjugal e uma outra pessoa fora desse sistema, ligação essa da qual o segundo parceiro é excluído. Argumenta também que tanto o envolvimento emocional como o sexual podem violar a expectativa de exclusividade do outro parceiro, sendo sentidos como uma quebra de confiança e um ataque ao sistema de vinculação. Em Glass e Wright (1992), a infidelidade surge definida como uma variedade de atividades sexuais, mas são também considerados os envoltimentos de ordem afetiva. Berman e Frazier (2005) convergiram com esta definição mais abrangente, ao argumentarem que a dicotomia sexual/emocional é tão mais redutora, quando é sabido que os indivíduos possuem um vasto repertório de comportamentos, que inclui o flerte/

sedução, o contato visual, a conversa, o toque não sexualizado, que não constituem comportamentos nem claramente sexuais, nem emocionais.

Assim, apesar de, desde o início da década de 70, a infidelidade vir sendo amplamente estudada, com extensa discussão sobre a sua prevalência, incidência no ciclo de vida, fatores predisponentes e diferenças de gênero (Juhnke et al., 2008), parecem verificar-se ainda claras insuficiências no modo como este conceito é definido, tendendo os instrumentos de avaliação a reduzir-se muitas vezes a uma única questão (“Ocorreu infidelidade? Sim vs. não”) ou à redutora classificação emocional/sexual (Sabini & Green, 2004).

Estas incertezas e insuficiências na definição do conceito de infidelidade podem ser responsáveis pelos resultados variáveis e por vezes contraditórios encontrados na literatura sobre o tema. Por isso, e para além das discussões teóricas acerca do conceito, nos pareceu fundamental efetuar uma coleta de informação sobre as concepções que as pessoas em geral têm sobre que comportamentos são considerados como infidelidade e quais as características que tornam mais ou menos grave essa violação das regras de uma relação de casal.

Com este objetivo, construímos um questionário, utilizando um conjunto de cenários hipotéticos. Foi pedido aos participantes que avaliassem se cada cenário constituía ou não infidelidade e qual o grau de gravidade da mesma, caso existisse. Esta avaliação era efetuada em quatro itens, partindo da perspectiva do próprio participante e do seu parceiro, e sendo um ou o outro o autor do hipotético comportamento. Estas variantes foram introduzidas com o intuito de verificar se o julgamento da situação depende da perspectiva de quem realiza e avalia.

Os cenários por nós criados variavam em vários aspectos que, pela literatura anterior e pelo senso comum, pareciam suscetíveis de influenciar os julgamentos de infidelidade. Assim, por exemplo, um dos cenários remetia para um envolvimento sexual pontual, enquanto outro era de um envolvimento sexual continuado. Era esperado que este último fosse avaliado com maior gravidade, dado que remetia mais para aspectos relacionais e de personalidade do ator e menos para fatores situacionais (Sousa, 1997).

Outro cenário apresentava uma situação de envolvimento via internet com a ocorrência de masturbação, esperando-se que o mesmo fosse mais desvalorizado em função do caráter virtual e do fato de não ser claro se tal comportamento é considerado um sinónimo de ter sexo e o interlocutor um parceiro sexual (Alvarez & Nogueira, 2008).

O envolvimento emocional foi também avaliado, sendo esperado que a dicotomia afetivo/sexual, à luz da psicologia evolucionista, tivesse interação com o gênero. Assim, esperava-se que o envolvimento emocional fosse mais penalizado pelas mulheres, dado o risco de poderem perder o tempo, os recursos e o compromisso do parceiro (Hall & Fincham, 2008). De acordo com a revisão de literatura realizada por Barta e Kiene (2005), a infidelidade tem maior probabilidade de terminar em divórcio se a mulher acreditar que a rival é objeto de maior investimento emocional do que aquele que lhe está reservado.

As potenciais implicações reprodutivas do envolvimento sexual, com os homens a arriscarem a incerteza da paternidade e

o investimento de recursos em descendentes não relacionados a nível biológico, levá-los-ia a penalizar mais este comportamento, quando comparado com o envolvimento afetivo. Assim, as mulheres parecem se preocupar mais com os aspectos emocionais do acasalamento e os homens com os sexuais (Fernandez, Sierra, Zubeidat, & Vera-Villaruel, 2006; Goldenberg et al., 2003; Sabini & Green, 2004).

Para além do cenário do relacionamento afetivo, foi também avaliado o apaixonar-se, que constitui um estado emocional e motivacional e não tanto um comportamento deliberado. Não havendo uma decisão de estabelecer um relacionamento, o mero apaixonar-se seria tendencialmente menos grave.

O envolvimento homossexual foi também uma das situações apresentadas. Por um lado, este cenário não apresenta implicações reprodutivas, e o fato de o rival ser de um sexo diferente pode reduzir o componente de competitividade. Por outro lado, a conotação social negativa da homossexualidade pode contribuir para uma avaliação mais grave, de onde decorre o interesse deste cenário, muito pouco estudado até hoje.

Outra variável introduzida foi, no contexto do envolvimento sexual, a existência de consentimento pelo parceiro, quer numa situação de proposta de troca de casais, quer num caso de incapacidade física de um dos elementos do casal para o ato sexual (ver exemplo de cenário na secção do método). Era esperado que o consentimento retirasse ou atenuasse o sentimento de infidelidade. Do que é do nosso conhecimento, esta questão não foi ainda objeto de estudos científicos.

Finalmente, foram introduzidos cenários com comportamentos dúbios (não comunicação de encontro social; conversa durante viagem) e inocentes (confortar com um abraço). Hipotetizamos que estes últimos deveriam estar fora do domínio da infidelidade para a maioria das pessoas, estabelecendo um contraste com os cenários mais graves. Os cenários dúbios foram introduzidos com propósitos exploratórios.

Procuramos ainda perceber se certas variáveis sócio-demográficas e culturais dos participantes influenciavam de modo significativo os julgamentos. Assim, pensa-se que a maior religiosidade poderá estar associada a julgamentos mais severos das situações de infidelidade, dado que a quase totalidade das religiões condena os REC (Burdette, Ellison, Sherkat, & Gore, 2007). Por outro lado, uma maior religiosidade surge também associada a atitudes mais tradicionais sobre a sexualidade feminina, a uma maior aceitação da dominância masculina e a uma atitude mais negativa sobre a homossexualidade (Lottes & Kuriloff, 1992).

Solicitamos também aos participantes informação sobre a sua ideologia política, dado que existe evidência empírica de que ela está associada a numerosos aspectos de personalidade, valores e atitudes, nomeadamente quanto ao resistir às tentações, com os conservadores apresentando maior compromisso com os seus valores morais (Schlenker, Chambers, & Le, 2012). Espera-se, portanto, que pessoas mais conservadoras apresentem uma definição mais ampla do que constitui infidelidade e julgamentos mais severos (Alvarez & Nogueira, 2008).

Finalmente, mencionamos ainda a idade e a experiência de envolvimento em relações, que poderão também influenciar os julgamentos, por efeito da maior identificação com os cenários

por parte de pessoas envolvidas em relações, dos receios típicos de diferentes etapas da vida ou de diferenças de valores em diferentes gerações.

Método

Participantes

A amostra era constituída por 289 indivíduos (68 homens – 23,5% e 221 mulheres – 76,4%). A média de idades foi de 34,28 anos e variou entre os 18 e 74 anos. Havia 17% de sujeitos casados religiosamente, 11 % casados apenas no civil, 7% estavam noivos, 14% viviam em união estável, 31% estavam numa relação de namoro, 15% não estavam envolvidos em nenhuma relação e 6 % estavam divorciados ou separados; 1% declarou nunca ter estado envolvido numa relação de casal. Estas percentagens somam mais de 100%, dado que algumas categorias não são exclusivas. A maioria dos participantes (80%) tinha até 11 anos de relação e a mesma percentagem tinha mantido uma relação anterior. Refira-se também que 84% possuíam escolaridade superior a 12 anos, não existindo participantes com escolaridade inferior a 6 anos. No que diz respeito à classe socioeconómica atual, 60% considerou-se inserido na classe média, 24% na classe média alta e 14% na classe média baixa, sendo as respostas semelhantes quando perguntado acerca da classe socioeconómica em que cresceram. Os católicos eram 64% e 32% afirmaram não ter nenhuma religião. Quanto ao grau de religiosidade, 80% situavam-se entre o nada religioso e um nível moderado de religiosidade. Dentro da orientação política, 27% dos participantes consideravam-se de esquerda, 25% de direita e 48% de centro.

Instrumento

Foi desenvolvido para este estudo o “Questionário de Concepções da Infidelidade”. Este é constituído por 13 cenários com situações hipotéticas, que variam em diversos parâmetros, apresentados na introdução. A avaliação de cada cenário foi efetuada numa escala de 5 pontos, avaliando se era infidelidade e qual a sua gravidade (0 - Não era infidelidade; 1 - Podia ser infidelidade mas sem gravidade; 2 - Era infidelidade mas não especialmente grave; 3 - Era infidelidade com alguma gravidade; 4 - Sem dúvida era infidelidade grave). Esta avaliação era efetuada em quatro itens, correspondentes à combinação entre o autor do comportamento (próprio vs. do parceiro) e o juiz (próprio vs. provável opinião do parceiro). A título de exemplo apresenta-se o cenário número 10:

Tomás sofre de disfunção erétil e nunca mostrou disponibilidade para procurar ajuda médica, tendo aceitado esta situação como inevitável e parte do grave quadro de diabetes de que sofre. Casado há 15 anos com Isabel, sente que tal situação não é justa e diz à esposa que entende e aceita se esta se envolver sexualmente com outro homem. Isabel fá-lo: tem relações sexuais com outra pessoa que não o marido. Considere o comportamento de Isabel.

No intuito de minimizar o possível efeito da tendência para utilizar preferencialmente uma das alternativas que surgem mais cedo no questionário (Moreira, 2004), optou-se pela criação de duas versões, com ordens inversas na apresentação

das alternativas de resposta. A distribuição aleatória pelas duas versões foi conseguida pedindo aos participantes que indicassem se o seu dia de nascimento era par ou ímpar. O questionário estava disponível em quatro versões, masculina vs. feminina e heterossexual vs. homossexual, sendo perguntado ao sujeito em relação a qual das orientações preferia responder. Dado o escasso número de respostas nas versões homossexuais, elas não serão apresentadas aqui.

Procedimento

Os dados foram recolhidos em Portugal, entre abril e julho de 2010. O questionário foi colocado num website de acesso público sobre temas relacionados com a psicologia e foi também divulgado através das redes sociais, prosseguindo depois a coleta pelo método “bola de neve”, no qual os elementos da amostra vão sugerindo novos elementos. A participação dos sujeitos foi voluntária, tendo os mesmos sido informados do objetivo do estudo, características do questionário, confidencialidade dos dados e obrigatoriedade de ter 18 anos ou mais para poder participar no mesmo. Era explicitado que, ao clicarem para prosseguir, davam o seu consentimento e garantiam que eram maiores de 18 anos.

A confidencialidade dos dados e o anonimato dos participantes assumiu particular importância, dada a temática em questão, pelo que foi garantido que as respostas aos questionários eram confidenciais e que não existia forma de relacionar um participante com os dados fornecidos. Procurou-se minimizar os riscos, restringindo a informação pessoal recolhida, de modo a não permitir a identificação dos participantes. Apenas foram solicitadas informações sobre sexo, idade, estatuto relacional,

duração da relação atual, número de relações de casal anteriores, classe socioeconómica (durante a sua infância e atual), área (urbana ou rural) e distrito de residência. Em qualquer caso a confidencialidade das respostas foi protegida por senha no serviço Google Docs durante a coleta de dados e estes foram eliminados do serviço logo que esta terminou, ficando apenas na posse dos investigadores, em ficheiros encriptados e protegidos por senha.

Resultados

Análise comparativa das médias

Dado o caráter exploratório deste estudo, optou-se por averiguar primeiramente, através de análises de variância multivariadas com medidas repetidas, o efeito das variáveis cenário, ator do comportamento e juiz que o avalia, às quais juntamos ainda as variáveis sexo e ordem das respostas (versão do questionário). Esta última não teve efeito nos resultados, pelo que não será mais mencionada. Os efeitos das variáveis relativas às situações e aos comportamentos de infidelidade foram avaliados através de contrastes entre cenários específicos. Verificaram-se numerosos efeitos, sendo que, por razões de espaço, se apresentam apenas os mais importantes. A variável cenário apresentou o efeito mais forte, $F(12,274) = 841,91$, $p < 0,0005$, η^2 parcial = 0,97, qualificado pela interação cenário x sexo, $F(12, 274) = 5,70$, $p < 0,0005$, η^2 parcial = 0,20. Para se analisar este efeito foram calculadas as médias totais (dos quatro itens) de cada cenário, apresentadas na Tabela 1.

Verificou-se que os cenários com médias mais elevadas

Tabela 1
Médias dos Cenários por Sexo, em Ordem Decrescente da Média Geral

Cenário	Total		Masc.		Fem.	
	M	DP	M	DP	M	DP
12 - Envolvimento sexual continuado	3,78	0,54	3,77	0,57	3,78	0,53
13 - Envolvimento sexual homossexual	3,75	0,54	3,83	0,48	3,72	0,56
1 - Ato sexual único	3,54	0,68	3,59	0,60	3,53	0,71
4 - Beijo prolongado na boca	2,73	1,02	2,96	0,97	2,66	1,03
3 - Envolvimento sexual na internet	2,68	1,17	2,19	1,35	2,83	1,07
11 - Envolvimento apenas afetivo	2,48	1,33	2,35	1,45	2,52	1,29
10 - Envolvimento sexual consentido	2,29	1,53	2,23	1,57	2,31	1,52
2 - Apaixonar-se	2,16	1,13	2,33	1,14	2,11	1,13
7 - Proposta de troca de parceiros	1,79	1,70	2,14	1,66	1,68	1,70
8 - Não comunicação de encontro social	1,02	1,02	1,36	1,12	0,92	0,97
5 - Conversa durante viagem	0,17	0,54	0,21	0,61	0,15	0,51
6 - Comentário atributos físicos	0,08	0,37	0,17	0,49	0,05	0,31
9 - Confortar com abraço	0,02	0,16	0,05	0,21	0,01	0,14

remetem para situações de envolvimento sexual. Verifica-se também que o envolvimento sexual continuado é mais penalizado que o pontual, contraste cenário 1 vs. cenário 12, $t(288) = -6,14$, $p < 0,0005$. Quanto à interação cenário x sexo, verifica-se que há diferenças significativas entre homens e mulheres no cenário 3, $F(1, 287) = 16,13$, $p < 0,0005$, $\eta^2 = 0,05$ e no cenário 8, $F(1,$

$287) = 9,81$, $p = 0,002$, $\eta^2 = 0,03$, com os homens penalizando mais o cenário 8 (não comunicação de encontro social) e as mulheres o cenário 3 (envolvimento sexual na internet). O envolvimento sexual homossexual é tão penalizado quanto o equivalente heterossexual, contraste cenário 13 vs. cenário 12, $t(288) = -1,16$, $p < 0,25$; o consentimento do parceiro (cenário 10)

parece retirar gravidade, embora esta avaliação seja difícil, dado que não existe nenhum cenário exatamente equivalente, mas a situação mantém-se como infidelidade ($M = 2,29$). A situação do apaixonar-se é julgada com menos severidade do que o cenário que apresenta um envolvimento afetivo, contraste cenário 2 vs. cenário 11, $t(288) = -3,86, p < 0,0005$. As interações ator-juiz, $F(1, 285) = 101,71, p < 0,0005, \eta^2$ parcial = 0,26 e cenário-ator-juiz, $F(12, 274) = 10,20, p < 0,0005, \eta^2$ parcial = 0,31 também revelaram influência nos resultados, sendo que, quando o juiz difere do ator, a avaliação é mais severa. A magnitude deste efeito parece ser maior em cenários mais ambíguos (2, 4, 3, 1), quer quanto ao eventual prosseguimento da REC, quer quanto às intenções dos protagonistas.

Análise fatorial dos cenários

Com o objetivo de identificar as principais dimensões subjacentes às avaliações feitas pelos participantes nos diferentes cenários, procedeu-se a uma análise fatorial ao nível dos itens (quatro por cada cenário). Foram selecionados para interpretação quatro fatores, indicados pelo “teste do cotovelo” (Moreira, 2004). Constatou-se que os quatro itens de cada cenário apresentavam sempre a sua saturação mais forte num mesmo fator. O Fator 1 (alfa de Cronbach 0,92) parece corresponder ao grau de gravidade atribuído ao envolvimento afetivo (cenários 2, 3 e 11); o Fator 2 (alfa de Cronbach 0,89) à gravidade do contato físico/sexual (cenários 1, 4, 12 e 13; no cenário 4, dois itens não foram contabilizados na estimação do fator por terem saturação inferior a 0,5); o Fator 3 (alfa de Cronbach 0,89) à gravidade atribuída ao comportamento em cenários geralmente vistos como inocentes e de muito baixa gravidade (cenários 5, 6 e 9); finalmente, o Fator 4 (alfa de Cronbach 0,93) correspondia à gravidade de situações de infidelidade em que há consentimento por parte do parceiro (cenários 7 e 10). Os resultados das somas dos itens correspondentes a cada fator foram utilizados na análise da relação com outras variáveis presentes no estudo.

Relação entre a avaliação da gravidade do comportamento e outras variáveis

As variáveis de classe social e área rural vs. urbana não geraram resultados significativos. O estudo da variável idade relativamente a estes quatro fatores foi efetuado através de uma regressão não linear, utilizando os componentes linear, quadrático e cúbico. O padrão dos resultados foi semelhante para os quatro fatores, com efeitos significativos de todos os componentes nos dois primeiros fatores. Neste padrão, ilustrado na Figura 1 com o exemplo do Fator 2, o julgamento das situações de infidelidade vai se tornando mais severo entre os mais jovens, atingindo o máximo por volta dos 30 anos; desce depois ao longo da idade adulta (mínimo aos 52 anos), após o que volta a subir.

A variável escolaridade foi recodificada em dois grupos (participantes com escolaridade até 12 anos vs. superior a 12 anos), dado o número muito reduzido de indivíduos com escolaridade até 12 anos. As diferenças encontradas não foram significativas em nenhum dos fatores, $F(4, 284) = 1,876, p < 0,115, \eta^2$ parcial = 0,026. Relativamente à orientação política e à religiosidade dos participantes (Tabela 2), verificou-se que quanto mais à direita se posicionavam e quanto maior o grau

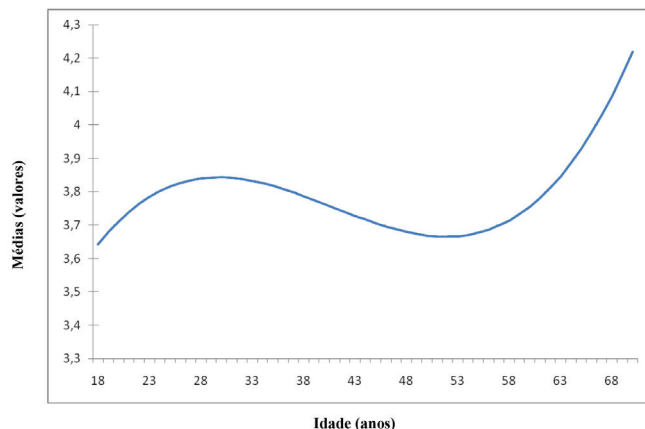


Figura 1 Efeito da variável idade sobre a avaliação da gravidade do contato físico/sexual (Fator 2)

de religiosidade, maior gravidade atribuíam às situações. Tal resultado aplica-se aos quatro fatores, sendo mais evidente no Fator 4 (consentimento do parceiro).

À semelhança do efetuado para a variável idade, estudou-se a possibilidade de efeitos não lineares na variável duração da relação. Verificamos que, para os Fatores 3 e 4, nenhum dos

Tabela 2 Correlação Entre a Variável Orientação Política e Grau de Religiosidade

	Orientação Política	Grau de Religiosidade
Fator 1	0,13*	0,18**
Fator 2	0,14*	0,13*
Fator 3	0,03	0,05
Fator 4	0,29**	0,29**

* $p < 0,05$; ** $p < 0,01$

componentes é significativo, enquanto para os Fatores 1 e 2 os três componentes são significativos, revelando um efeito não linear em que a gravidade é máxima nas relações mais recentes, diminui até atingir o mínimo em relações com cerca de 25 anos de duração e volta a subir, num efeito sem dúvida relacionado com o fato de os indivíduos com maior tempo de relação serem também os mais velhos. Limitações de espaço não permitem apresentar os resultados detalhados destas análises, que podem ser obtidos contactando os autores.

A variável estatuto relacional sofreu também uma recodificação, com os participantes divididos em quatro grupos: nunca teve uma relação, não namora, namora, casado/em união estável; os dados foram analisados através de comparações múltiplas (Tabela 3). Assim, foi possível verificar que os indivíduos que nunca estiveram numa relação desvalorizam o fator envolvimento afetivo, quando comparados com os sujeitos que namoram. Verificam-se também tendências, ainda que não significativas, para os indivíduos casados penalizarem mais o Fator 4 (consentimento do parceiro), e os que nunca tiveram uma relação ou não namoram atualmente, desvalorizarem os quatro fatores quando comparados com os que namoram e os casados.

Tabela 3
Comparações Múltiplas das Categorias da Variável Estatuto Relacional

	Fator 1		Fator 2		Fator 3		Fator 4	
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Nunca teve uma relação	1,85a	1,03	3,45	0,46	0,00	0,00	1,31	1,60
Não namoram	2,36	0,82	3,44	0,50	0,11	0,38	1,94	1,32
Namoram	2,67b	0,95	3,66	0,45	0,10	0,19	2,05	1,40
Casados/união estável	2,39	0,96	3,52	0,56	0,10	0,31	2,14	1,41

Nota. As médias com letras diferentes são significativamente diferentes num teste de comparações múltiplas de Tukey HSD.

Discussão

Os resultados obtidos indicam que ambos os sexos penalizam mais o envolvimento sexual por comparação com o afetivo e atribuem maior gravidade quando ele é continuado e não se limita a uma única relação sexual. Este tipo de comportamento é tão penalizado, quer seja homossexual quer heterossexual. Verificou-se também que os participantes mais jovens (com o máximo de 30 anos), mais religiosos e que apresentam orientação política mais à direita penalizam mais os quatro fatores. Por fim, refira-se que os indivíduos que nunca tiveram uma relação e os que não namoram atualmente desvalorizam os quatro fatores quando comparados com os casados ou que coabitam.

Pensamos que a maior penalização do envolvimento sexual continuado poderá estar relacionada com a componente relacional, mais do que com a repetição do comportamento sexual em si, mas esse é um aspecto que deverá ser examinado em futuros estudos. A maior penalização do envolvimento sexual verifica-se em ambos os sexos, não se confirmando assim os resultados dos estudos que concluíram que as mulheres mostram maior estresse e aversão face à infidelidade emocional (Fernandez et al., 2006; Goldenberg et al., 2003). Pensa-se que esta diferença poderá ser relacionada com características desses estudos, como o fato de os sujeitos serem estudantes e mais jovens, e a metodologia da escolha forçada entre infidelidade sexual e emocional, que parece introduzir diferenças de gênero mais amplas nos resultados (Berman & Frazier, 2005).

Igualmente interessante é o fato de o envolvimento sexual homossexual ser tão penalizado quanto o heterossexual, quer pelos homens quer pelas mulheres. Este resultado contraria a ideia popular acerca da tolerância dos homens face à homossexualidade feminina, bem como fatores atenuantes que se poderiam considerar à luz da psicologia evolucionista, como a rivalidade ser amenizada e não existir ameaça reprodutiva (Buss, 2008). Aparentemente, ao estigma negativo da infidelidade associou-se o preconceito que ainda vigora face à homossexualidade e bissexualidade.

A maior penalização do envolvimento afetivo face à situação do apaixonar-se pode ser interpretada de modo semelhante ao apontado acima para o envolvimento sexual continuado vs. pontual, enquanto a paixão aconteceria sem culpa e eventualmente seria mais fugaz. Esta diferença verifica-se apenas quando são as mulheres a avaliar o comportamento, talvez porque estas valorizarem mais o envolvimento relacional

e o investimento de recursos, efetuando uma maior diferenciação entre algo passageiro e sem consequências e um envolvimento continuado (Fernandez et al., 2006; Goldenberg et al., 2003; Sabini & Green, 2004).

A maior penalização dos homens face à situação de não comunicação de encontro social talvez se relacione com o fato de valorizarem mais questões de imagem social, que poderia sair afetada se esse encontro se tornasse do conhecimento público. Já o fato de serem menos severos no julgamento da infidelidade na internet pode estar associado ao caráter virtual da mesma, dado que os homens tendem a valorizar mais o lado físico da sexualidade. Sublinhe-se que ambos os sexos consideram a interação online como infidelidade, o que corrobora o que Hertlein e Piercy (2006) encontraram na sua revisão de literatura sobre esta temática. O fato de os indivíduos mais jovens e com menor tempo de relação atual tenderem a considerar os REC como mais graves estará relacionado com a importância que o fator tempo assume no desenvolvimento da relação (Hazan & Shaver, 1994). Nos primeiros tempos de uma relação, a intimidade ainda está em construção e os níveis de compromisso não são tão elevados como nas relações mais longas (Drigotas & Barta, 2001). Assim, será uma fase de amor apaixonado, com grande necessidade de contato físico e vivências de enorme intensidade, em que a confiança ainda não está consolidada, havendo dúvidas e receios face ao empenho e compromisso do outro. Daqui resulta um maior ciúme, que torna mais plausível uma penalização de comportamentos eventualmente dúbios e outros, de envolvimento sexual ou emocional, que provavelmente conduzirão a uma ruptura (Solomon & Knobloch, 2004). Em relação à menor gravidade atribuída nas idades mais avançadas, apesar de bastante especulativo, arriscamos associá-los aos menores níveis de paixão e à crescente autonomia dos parceiros, pelo que a infidelidade nesta fase terá menor impacto do que nas fases iniciais. Por outro lado, a partir dos 50 anos, estamos perante uma geração com valores mais tradicionais, que viveu a sua juventude num período histórico dominado por ideias mais conservadoras.

Por fim, refira-se que os indivíduos com maior grau de religiosidade surgem como os que mais penalizam as situações apresentadas, algo expectável face à valorização da fidelidade amorosa na generalidade das religiões. Neste sentido, mesmo o envolvimento sexual com uma terceira pessoa com o consentimento do parceiro ou a proposta de troca de casais são classificados com maior gravidade, dado que violam a norma

da exclusividade sexual e emocional, qualquer que seja a circunstância. A maior penalização por parte dos indivíduos com orientação política mais à direita está provavelmente associada a um maior conservadorismo, defesa de valores tradicionais e observância das normas sociais.

Conclusões

Encontraram-se alguns resultados expectáveis à luz do senso comum, como o envolvimento sexual ser mais grave do que aquele que não é consumado desta forma, mas também houve resultados que se podem considerar surpreendentes e suscitam interrogações e pistas para novas investigações. São exemplos a igual penalização do envolvimento homossexual, inclusive no caso da homossexualidade feminina avaliada pelos homens, e o esbatimento das diferenças entre gêneros nas situações de envolvimento sexual vs. emocional, em que os dois sexos têm perfis de resposta bastante semelhantes. Estes dados não parecem assim corroborar as interpretações mais simplistas das extrapolações das teorias da psicologia evolucionista, sugerindo que são necessárias teorizações mais sofisticadas.

A diferença nos resultados introduzida pelas variáveis sócio-demográficas reforça a importância de uma amostra diversificada, do ponto de vista etário, do estatuto relacional e das experiências amorosas, o que não tem sido apanágio de muitos estudos que recorrem maioritariamente a amostras de estudantes universitários. A diversidade presente na nossa amostra, tal como a sua média etária, terão contribuído, no nosso entender, para minimizar algumas lacunas apontadas à utilização de cenários hipotéticos.

Como limitação desta investigação, surge o desconhecimento da presença ou não de pessoas envolvidas em REC, algo que seria importante ter sido controlado, dado que a presença desta experiência pode ter influenciado os resultados. A elevada percentagem de mulheres na amostra também surge como uma limitação, ainda que o número de homens seja razoável. Pensa-se que tal terá acontecido devido a uma tendência para uma maior participação das mesmas na investigação sobre este tipo de temática.

Pensamos que os resultados obtidos também poderão ter sido condicionados pela elevada escolaridade apresentada pela amostra, pois mulheres com esta característica se envolvem em práticas sexuais mais diversificadas e têm maior número de parceiros sexuais (Alvarez & Nogueira, 2008). O fato de a coleta de dados ter sido efetuada online levanta alguns receios, embora estes não tenham sido confirmados pela investigação recente (Gosling, Vazire, Srivastava, & John, 2004). Por outro lado, permitiu assegurar a diversidade da amostra e o anonimato dos participantes, questão bastante sensível nas investigações sobre infidelidade. Finalmente, consideramos que é importante em investigações futuras que se separe a avaliação se é ou não infidelidade, da avaliação da gravidade da situação, dado que os participantes podem considerar que não se trata de uma infidelidade, mas mesmo assim constituir uma violação das regras de uma relação.

Agradecimentos

Agradecemos a nossa colega Ana Lúcia Cunha Fernandes a prestativa ajuda na adaptação do texto ao Português do Brasil.

Referências

- Alvarez, M. J., & Nogueira, J. (2008). Definições sexuais de estudantes universitários. *Psicologia (Lisboa)*, 23, 59-76.
- Barta, W. D., & Kiene, S. M. (2005). Motivations for infidelity in heterosexual dating couples: The roles of gender, personality differences, and sociosexual orientation. *Journal of Social and Personal Relationships*, 22, 339-360.
- Berman, M. I., & Frazier, P. A. (2005). Relationship power and betrayal experience as predictors of reactions to infidelity. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 31(12), 1617-1627.
- Blow, A. J., & Hartnett, K. (2005a). Infidelity in committed relationships I: A methodological review. *Journal of Marital and Family Therapy*, 31, 183-216.
- Blow, A. J., & Hartnett, K. (2005b). Infidelity in committed relationships II: A substantive review. *Journal of Marital and Family Therapy*, 31, 217-233.
- Brown, E. M. (2001). *Affairs: Um guia para sobreviver às repercussões da infidelidade* (I. Sá & M. J. Alvarez, Trans.). Lisboa, Portugal: Sílabo. (Texto original publicado em 1956).
- Burdette, A. M., Ellison, C. G., Sherkat, D. E., & Gore, K. A. (2007). Are there religious variations in marital infidelity? *Journal of Family Issues*, 28, 1553-1581.
- Buss, D. M. (2008). *Evolutionary psychology: The new science of the mind*. Boston, MA: Pearson.
- Drigotas, S. M., & Barta, W. (2001). The cheating heart: Scientific explorations of infidelity. *Current Directions in Psychological Science*, 10, 177-180.
- Fernandez, A. M., Sierra, J. C., Zubeidat, I., & Vera-Villaruel, P. (2006). Sex differences in response to sexual and emotional infidelity among Spanish and Chilean students. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 37, 359-365.
- Fife, S. T., Weeks, R., & Gambescia, N. (2008). Treating infidelity: An integrative approach. *The Family Journal: Counseling and Therapy for Couples and Families*, 16, 316-323.
- Gibson, D. M. (2008). Relationship betrayal and the influence of religious beliefs: A case illustration of couples counseling. *The Family Journal: Counseling and Therapy for Couples and Families*, 16(4), 344-350.
- Glass, S. P., & Wright, T. L. (1992). Justifications for extramarital relationships: The association between attitudes, behaviors, and gender. *Journal of Sex Research*, 29, 361-387.
- Goldenberg, J. L., Landau, M. J., Pyszczynski, T., Cox, C. R., Greenberg, J., Solomon, S., & Dunnam, H. (2003). Gender-typical responses to sexual and emotional infidelity as a function of mortality salience induced self-esteem striving. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 29, 1585-1595.
- Gosling, S. D., Vazire, S., Srivastava, S., & John, O. P. (2004). Should we trust web-based studies? A comparative analysis of six preconceptions about internet questionnaires. *American Psychologist*, 59, 93-04.
- Hall, J. H., & Fincham, F. D. (2008). Psychological distress: Precursor or consequence of dating infidelity? *Personality and Social Psychology Bulletin*, 35(2), 143-159. doi: 10.1177/0146167208327189
- Hazan, C., & Shaver, P. R. (1994). Attachment as an organizational framework for research on close relationships. *Psychological Inquiry*, 5, 1-22.
- Hertlein, K. M., & Piercy, F. P. (2006). Internet infidelity: A critical review of the literature. *The Family Journal*, 14, 366-371.
- Juhnke, G. A., Coll, K. M., Evans, M., Sunich, M. F., Hansen, K. D., & Valadez, A. (2008). A modified infidelity debriefing process for couples who have recently experienced infidelity disclosure. *The Family Journal*, 16, 308-315.
- Lazarus, R. S., & Folkman, S. (1984). Stress, appraisal, and coping. Nova Iorque: Springer.

- Lottes, I. L., & Kuriloff, P. J. (1992). The effects of gender, race, religion, and political orientation on the sex role attitudes of college freshmen. *Adolescence, 27*, 675-688.
- Moreira, J. M. (2004). *Questionários: Teoria e prática*. Coimbra, Portugal: Almedina.
- Sabini, J., & Green, M. (2004). Emotional responses to sexual and emotional infidelity: Constants and differences across genders, samples and methods. *Personality and Social Psychology Bulletin, 30*(11), 1375-1388.
- Schade, L. C., & Sandberg, J. G. (2012). Healing the attachment injury of marital infidelity using emotionally focused couples therapy: A case illustration. *The American Journal of Family Therapy, 40*, 434-444.
- Schlenker, B. R., Chambers, J. R., & Le, B. M. (2012). Conservatives are happier than liberals, but why? Political ideology, personality, and life satisfaction. *Journal of Research in Personality, 46*(2), 127-146.
- Snyder, D. K., Baucom, D. H., & Gordon, K. C. (2008). An integrative approach to treating infidelity. *The Family Journal: Counseling and Therapy for Couples and Families, 16*, 300-307.
- Solomon, D. H., & Knobloch, L. K. (2004). A model of relational turbulence: The role of intimacy, relational uncertainty, and interference from partners in appraisals of irritations. *Journal of Social and Personal Relationships, 21*, 795-81.
- Sousa, E. (1997). Atribuição: Da inferência à estratégia de comportamento. In J. Vala & M. B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia Social* (pp. 141-164). Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Williams, K. (2011). A socio-emotional relational framework for infidelity: The relational justice approach. *Family Process, 50*, 516-528.

Thaysa Viegas, mestre em Psicologia, pelo ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas Sociais e da Vida e doutoranda na Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, FP – UL, é bolsista de doutorado da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia BD/ 61504/2009. Endereço para correspondência: Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia - Centro de Investigação em Psicologia da Universidade de Lisboa - Alameda da Universidade Lisboa 1649-013, Lisboa. Telefone: (00351) 911740495. E-mail: thaysa@campus.ul.pt

João Manuel Moreira, doutor em Psicologia pela Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, FP-UL, é professor auxiliar na Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, FP-UL. E-mail: joao.moreira@campus.ul.pt